

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil - 2018

Brasil

Em 2018, o Brasil fez um avanço moderado em seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. Em janeiro de 2018, o estado do Ceará assinou uma lei requerendo que os estabelecimentos de negócios afixem avisos alertando sobre os perigos do trabalho infantil e estabelecendo multas administrativas para os que violarem a lei e para aqueles que deixarem de afixar o aviso requerido. Além disso, a polícia brasileira conduziu a maior operação até hoje de combate à pornografia infantil, resultando em 89 prisões em mais de 24 estados. O número de crianças removidas de situações de trabalho forçado infantil aumentou 40%, de 1.008 crianças em 2017 para 1.854 em 2018. O governo também adotou seu III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e seu III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. No entanto, as crianças no Brasil estão envolvidas nas piores formas de trabalho infantil, inclusive na exploração sexual comercial. As crianças também são empregadas em trabalhos na agricultura, inclusive na produção de café. Embora o Brasil tenha feito esforços significativos em todas as áreas relevantes durante o período do relatório, o governo não estabeleceu legislação proibindo o tráfico de crianças em conformidade com padrões internacionais. Além disso, não existem inspetores do trabalho em número suficiente para propiciar a cobertura adequada da força de trabalho, e os governos municipais não têm capacidade para implementar e monitorar plenamente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Bolsa Família e outros programas de proteção social.

Com base no relatório, foram identificadas ações recomendadas capazes de promover a eliminação do trabalho infantil no Brasil.

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
Arcabouço jurídico	Assegurar que as leis não requeiram o uso de ameaças, violência, coerção, fraude ou abuso para estabelecer o crime de tráfico de crianças para exploração em trabalhos forçados.	2016 – 2018
	Garantir que a lei proíba criminalmente o recrutamento de crianças com menos de 18 anos por grupos armados não estatais.	2016 – 2018
	Aumentar a idade mínima de trabalho para complementar a idade de ensino obrigatório.	2018
Aplicação da lei	Publicar informações em relação ao número de inspeções do trabalho realizadas, número de inspeções realizadas em estabelecimentos de trabalho, número de multas	2012 - 2018

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
	impostas por trabalho infantil e coletadas, número de investigações criminais realizadas e número de violações encontradas.	
	Aumentar significativamente o número de inspetores do trabalho para atender a recomendação técnica da OIT.	2014 – 2018
	Impor sanções por condenações relacionadas às piores formas de trabalho infantil.	2018
	Coletar e rastrear dados sobre casos relativos ao tráfico de pessoas para exploração sexual e certificar-se de que os dados estejam desagregados por idade da vítima.	2009 – 2018
	Garantir que todos os que violam as leis de trabalho infantil, inclusive em suas piores formas, sejam punidos de acordo com a lei.	2015 – 2018
Coordenação	Assegurar que a Comissão de Justiça do Trabalho para a Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção ao Adolescente Trabalhador esteja ativa.	2018
Políticas governamentais	Proporcionar recursos adequados para garantir que as metas definidas no Plano Nacional de Educação sejam cumpridas.	2015 – 2018
Programas sociais	Remover as barreiras à educação, assegurando inclusive um número adequado de professores capacitados, melhorando a infraestrutura escolar e tomando medidas para matricular crianças nas áreas rurais.	2013 – 2018
	Expandir a acessibilidade dos serviços de registro de nascimento em áreas remotas e certificar-se de que as comunidades indígenas estejam cientes dos benefícios do registro de nascimento.	2013 – 2018
	Apoiar os governos municipais na implementação e monitoramento do PETI e do Bolsa Família.	2009 – 2018
	Proporcionar recursos adequados aos governos estaduais para assegurar que as vítimas de tráfico infantil recebam serviços sociais apropriados e garantir a disponibilidade de abrigos especializados para crianças vítimas de exploração sexual comercial.	2012 – 2018